

# **SUBJETIVIDADE E DIREITOS HUMANOS: APOIO PSICOSSOCIAL E MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DO CÁRCERE NA PARAÍBA**

D'ANDREA, Isadora Grego <sup>1</sup>

SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'ana <sup>2</sup>

TANNUSS, Rebecka Wanderley <sup>3</sup>

Centro de Ciências Jurídicas/ Departamento de Ciências Jurídicas/ PROBEX

## **RESUMO**

A realidade do sistema prisional brasileiro, desde sua existência, demonstra violações a direitos humanos fundamentais. Temos uma política criminal seletiva e classista, marcada pelo racismo, resultando na criminalização, segregação e extermínio dos pobres e negros. Isso explica o fato de que o sistema prisional brasileiro seja composto majoritariamente por estas pessoas. Porém, tais violações não atingem só os apenados, mas também todas as pessoas que estão envolvidas com ele, como sua família. Estes passam a ser socialmente condenados e criminalizados pelo crime do seu parente e por não abandoná-lo; enfrentam dificuldades para manter seus empregos, sua dignidade e respeito e acabam tendo seus direitos e sua subjetividade anulados juntos com seu familiar preso. Essa realidade pode ser observada nos presídios da cidade de João Pessoa. O projeto de extensão é vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB e ao Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade Humana e Segurança Pública (Lapsus). É composto por uma equipe multidisciplinar de estudantes e proporciona aos seus integrantes uma formação crítica de cunho social, relacionada com a questão do sistema prisional e da segurança pública. O projeto busca, na sua atuação, proporcionar apoio psicossocial e informação sobre direitos constitucionais aos familiares de apenados na cidade de João Pessoa; para tal, são realizadas semanalmente pelos estudantes visitas aos presídios da cidade. As visitas também tem o intuito de identificar violações a direitos humanos fundamentais e encaminhá-las a órgãos do Estado competentes para recebê-las.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sistema Prisional, Direitos Humanos, Projeto de Extensão.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, discente voluntário, isadora.gd@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba, professor orientador, nelsonjunior77@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal da Paraíba, discente bolsista, rebeckatannuss@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O atual cenário do cárcere no Brasil encontra-se distante do que é proposto como disposições legais de proteção aos Direitos Humanos. Tais condições são violadoras e negam os princípios básicos cuja necessidade é o tratamento igual perante todos, independente da classe, da cor ou da opção sexual. Porém, as prisões brasileiras são, majoritariamente, compostas por pardos e negros, com baixo índice de escolaridade. (DUARTE, 2007)

A política criminal é, antes de mais nada, seletiva e classista, marcada pelo racismo e pela xenofobia. O Estado atua legitimado por esta política criminal e de forma mascarada propõe em seu discurso uma prática contra o “crime”, em nome da própria segurança pública, porém, suas atuações estão voltadas para uma intensa criminalização da pobreza e da miséria. (KIDUFF, 2010)

A realidade violadora brasileira também pode ser evidenciada nos presídios paraibanos. No Relatório de visita do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba realizada na Penitenciária de Segurança Máxima Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes - PB1/PB2 – em João Pessoa (PB) no dia 28 de agosto de 2012 ficaram constatadas as séries de violências sofridas pelos detentos, entre elas: a falta de camas para dormir, a superlotação das celas, a falta de higiene no local, as dificuldades das visitas, a falta de assistências médica, etc.

As violações dos direitos humanos não se restringem aos apenados, estendem-se aos seus familiares de forma tão ou mais desumana. As familiares de presos recebem o rótulo de quase-condenadas e, ao passar pelos processos dentro das instituições prisionais, são estigmatizadas e constrangidas, além de mudarem suas rotinas e as formas de se vestir para se adequarem às regras das prisões. (DUARTE, 2007)

A Revista Íntima é um dos exemplos da forma como as instituições prisionais ultrapassaram todos os limites da razoabilidade. Nesse procedimento, os visitantes submetem-se a situações vexatórias que invadem o corpo, a alma e também sua dignidade. (MARIATH, 2008)

O desrespeito à dignidade humana, as faltas de condições de higiene, o processo de estigmatização e criminalização, as agressões físicas e verbais contra familiares de presos são alguns dos exemplos da falência do Sistema prisional brasileiro e da ausência do Estado perante este cenário.

## **DESENVOLVIMENTO**

O projeto de extensão está vinculado ao Centro de Referência de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB) e ao Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade Humana e Segurança Pública (LAPSUS). Conta com o apoio da Pastoral Carcerária e do Conselho Estadual de Direitos Humanos. O projeto visa proporcionar aos estudantes uma formação acadêmica crítica e comprometida com as questões sociais, bem como um melhor conhecimento e aproximação da realidade social.

O projeto é composto por uma equipe multidisciplinar que abrange estudantes e profissionais de Psicologia, Direito e Serviço social. Atua em dois planos de trabalhos: (1) apoio psicossocial aos familiares de apenados e (2) monitoramento das condições do cárcere a partir da ótica dos parentes de pessoas em privação de liberdade.

O apoio psicossocial respalda-se na utilização de estratégias de promoção da saúde psíquica, fortalecimento de uma consciência crítica, desenvolvimento da autonomia e busca pela efetivação dos direitos dos familiares de pessoas presas na cidade de João Pessoa. É realizado nas através de visitas aos presídios – nos domingos, dia em que acontece a visita dos familiares aos apenados.

O público alvo, composto em sua maioria, por mulheres, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, pois são (ou estão) enquadrados à margem da sociedade e das políticas públicas. Ou seja, estas familiares, mulheres – mães, irmãs, companheiras e filhas de apenados – estão constantemente, expostas a discriminação, sofrimento psíquico e à negação de seus direitos fundamentais.

O monitoramento das condições de encarceramento em João Pessoa pretende identificar e denunciar possíveis violações aos direitos humanos, bem como, encaminhar os resultados desse monitoramento, em forma de relatórios ou denúncias, aos órgãos competentes do Estado.

O processo de monitoramento é realizado por meio das visitas ao presídio, através da escuta dos familiares de presos, bem como da análise de denúncias e relatórios referentes ao sistema carcerário brasileiro e paraibano. Além disso, o grupo acompanha as vistorias realizadas pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, tendo, inclusive, participação nas reuniões semanais desse órgão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do atual cenário do sistema prisional brasileiro, pode-se constatar que as instituições prisionais encontram-se distantes de possuir uma função ressocializadora, estas têm atuado voltadas apenas para um modelo punitivo, que tem como seu principal alvo, as camadas mais pobres da sociedade. Pode-se dizer sem dúvidas que o Sistema Prisional brasileiro e paraibano são seletivos e violadores dos direitos básicos dos apenados e de seus familiares. É neste cenário que tornam-se importantes atividades de extensão como a desenvolvida pelo LAPSUS, pois promovem a preservação dos direitos humanos dos participantes, além de contribuir para um pensamento crítico e interdisciplinar sobre a segurança pública.

O LAPSUS constitui, portanto, um meio de fortalecer os vínculos entre essa população, em situação de vulnerabilidade, com a universidade, de forma a potencializar a fala destes familiares e contribuir para o processo de empoderamento. É necessário preencher esses espaços de atuação, mesmo tendo conhecimento das dificuldades que são colocadas dentro desta realidade, para que mudanças possam ser realizadas e que a segurança pública, o sistema prisional e a atuação do Estado sejam repensadas criticamente.

## **REFERÊNCIAS**

CEDH. Relatório de Visita do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, 2012.

DUARTE, T. L. Análise dos procedimentos de revistas íntimas realizados no sistema penitenciário do estado do rio de janeiro. *Revista Sociologia Jurídica*. n 10 , p.1-32 , 2007.

KIDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. *Revista Katálysis*, 2010.

MARIATH, C. R. Limites da revista corporal no âmbito do sistema penitenciário. 2008.